

O contraste entre o desenvolvimento sustentável na CIPD e a realidade atual¹

George Martine²

*A humanidade está realizando uma gigantesca, descontrolada e quase certamente irreversível experiência climática na única casa que tem.*³

Realizada apenas dois anos depois da histórica Eco-92, a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento – CIPD, da ONU, estava imbuída do espírito e das esperanças da conferência anterior. Basta ver que a frase “desenvolvimento sustentável” aparece 80 vezes no Programa de Ação – PoA, ou seja, mais do que o dobro de vezes em que apareceram as palavras – “igualdade” ou “equidade”. O PoA já tinha clareza a respeito dos perigos que a proposta da sustentabilidade estava enfrentando e lançou um alerta profético no seu primeiro capítulo: “Os problemas ecológicos, tais como a mudança climática global, derivada principalmente de padrões de produção e consumo insustentáveis, estão contribuindo para ameaçar as gerações futuras”.⁴

Entretanto, não havia como o PoA prever a velocidade e a intensidade com as quais esses padrões de produção e consumo iriam arrastar a humanidade para o desastre ecológico e nem o desinteresse crescente dos tomadores de decisão em nível nacional ou global para lidar com essa ameaça. Assim, embora os valores e os princípios subjacentes ao “desenvolvimento sustentável” continuem sendo respeitados mundialmente, seu significado se perdeu no afã de todos os países de perseguir o “desenvolvimento” tal como o conhecemos hoje, o qual já não é nada sustentável.

O grande avanço da CIPD consistiu na sua capacidade de tratar população e desenvolvimento de forma integrada e equilibrada, dentro de um paradigma focado no exercício dos direitos humanos. A revisão das tendências globais nos terrenos demográficos e socioeconômicos desde o Cairo mostra que estes apresentaram importantes avanços. Observa-se, no período pós-CIPD, redução da desigualdade de gênero, da mortalidade infantil e adulta e da fecundidade indesejada. Enquanto isso,

¹ Este ensaio recupera as principais ideias de um *PowerPoint* apresentado na reunião Alap/Abep sobre a CIPD+20.

² Consultor independente, Brasil, georgermartine@yahoo.com.

³ Martin Wolf, comentarista econômico, em artigo publicado no *Financial Times* e reproduzido pelo jornal *Valor Econômico*, 15/05/2013.

⁴ Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, Capítulo 1, Parág. 1.2.

registra-se aumento generalizado nos níveis de educação, na esperança de vida e nas possibilidades de mobilidade social e geográfica humana com a melhoria das condições econômicas e das comunicações e do transporte. Apesar das crises econômicas globais recorrentes, não há como negar a redução significativa da pobreza mundial e a melhoria das condições de vida de um enorme contingente de pessoas. O êxito do atual paradigma dominante, em termos de aumentar a riqueza material da humanidade, tem sido impressionante nas últimas décadas.

Se esse paradigma de desenvolvimento reduz a pobreza e é capaz de satisfazer as necessidades básicas de um conjunto enorme e crescente de pessoas, inclusive daquelas que há pouco tempo estavam na miséria, qual é o problema então?

O problema é que esse modelo é simplesmente insustentável. De fato, as perspectivas para o “desenvolvimento sustentável” têm minguido drasticamente desde a Conferência do Cairo devido, justamente, à propagação global e ao sucesso de um paradigma de desenvolvimento baseado em um crescimento econômico chamado de *throughput growth*.⁵ Neste, a expansão física da economia exige a dilapidação de uma quantidade crescente de recursos, incluindo os não renováveis. Em consequência, tem-se a geração de quantias crescentes de dejetos, inclusive dos gases de efeito estufa que, por sua vez, estão na raiz das mudanças climáticas globais já em curso.

O risco de ignorar os limites ambientais globais é gravíssimo. Estima-se que as atividades antrópicas já superaram a capacidade de autorregeneração em pelo menos 50%;⁶ ou seja, o nosso planeta precisaria de um ano e meio para regenerar o que usamos em um ano. Um trabalho seminal escrito em 2009 por 29 cientistas da University of Stockholm’s Resilience Center mostrou que o uso abusivo dos recursos materiais, energéticos e bióticos da Terra pelo sistema econômico global já tinha superado os pontos de rotura (*tipping points*) em três campos conhecidos – mudanças climáticas, diversidade biológica e teor de nitrogênio na biosfera – e ameaça excedê-los em seis outras áreas (ROCKSTROM et al., 2009; UNEP, 2012b). Uma pesquisa mais recente publicada por 22 cientistas da Universidade da Califórnia alerta para o fato de que o planeta está na iminência de sofrer um *state shift*, ou seja, uma transição crítica que, repentinamente, altera as tendências conhecidas, produzindo efeitos bióticos não antecipados (BARNOSKY et al., 2012).⁷

A ameaça mais óbvia e mais discutida, mas não necessariamente a mais grave, refere-se às mudanças climáticas. O AR4 (2007) do Intergovernmental Panel on Climate

⁵ Este conceito é atribuído a Herman Daly (1991), que, seguindo os passos de seu professor, Nicholas Georgescu-Roegen e em conjunto com outros economistas, criou a disciplina de economia ecológica na década de 1990

⁶ Disponível em: <http://www.footprintnetwork.org/en/index.php/gfn/page/world_footprint/>.

⁷ A perda do gelo dos polos, por exemplo, poderia gerar, de repente, um *state shift* com consequências imprevisíveis para o planeta. O *permafrost* – tipo de solo encontrado na região do Ártico – contém uma grande reserva de metano, gás de efeito estufa 30 vezes mais potente do que o dióxido de carbono. A liberação dessa reserva de gás metano geraria uma aceleração acentuada e cumulativa do aquecimento global.

Change – IPCC, produzido pelos mais destacados cientistas do planeta, lançou uma dura advertência sobre a realidade do aquecimento global e, conseqüentemente, mostrou um “cartão amarelo” para o estilo de desenvolvimento baseado na queima de combustíveis fósseis e na continuidade do modelo de produção e consumo já criticado pela CIPD. Estas advertências estão sendo sistematicamente reiteradas nos trabalhos do AR5, a ser publicado em 2014.

A maioria dos cientistas que trabalham com estas questões está absolutamente convencida de que as mudanças climáticas já estão ocorrendo e que isto deve-se ao que o Cairo chamava de “padrões de produção e consumo”.⁸ Com exceção da ciência econômica, que, pelo menos em parte, continua embevecida pelo “milagre do mercado”, a ciência hoje é quase unânime em afirmar que esse modelo de desenvolvimento nos levou à beira do desastre ecológico. Ou seja, nesse período “antropoceno”, o principal responsável pela crise é a ampla difusão e aplicação do que tem sido chamado de “o imperativo do crescimento” (JACKSON, 2009).

Neste momento histórico, portanto, estamos vivenciando uma situação global paradoxal: o desenvolvimento é relativamente eficaz, mas não é sustentável. Por um lado, as condições de vida de uma enorme parcela da população mundial estão progressivamente melhorando, fazendo com que, apesar das enormes desigualdades e dos arquipélagos de pobreza restantes, a humanidade esteja, sem dúvida, nas melhores condições socioeconômicas da sua história. Por exemplo, utilizando dados da Divisão de População da ONU para a média da população mundial entre os quinquênios de 1950-55 e 2010-15, verifica-se que a taxa de mortalidade infantil nunca foi tão baixa (caiu de 135 por mil nascidos vivos para 37) e a esperança de vida ao nascer nunca foi tão alta (subiu de 47 para 70 anos). Por outro lado, o caminho seguido para alcançar esse progresso carrega consigo as sementes de uma terrível ameaça global para a humanidade.

O resultado deste embate pode desencadear uma situação geral muito pior para a humanidade do que aquela que antecedia as transformações socioeconômicas das últimas décadas. Apesar dos alertas que vêm sendo feitos há tempos, a transformação massiva e global, pela atividade econômica, de recursos naturais em dejetos dá origem aos desequilíbrios e às ameaças ecológicas que a ciência aponta com ênfase cada vez maior.

O pior é que não parece haver alternativa: no paradigma hegemônico do século XXI, “desenvolvimento” e “redução da pobreza” exigem crescimento econômico, ou seja, a expansão física da economia. Esta, por sua vez, requer aumento persistente do consumo, alcançado por meio da incorporação de novos atores econômicos e/ou pelo enriquecimento dos atuais. Ao longo dos últimos 70 anos, a elevação constante do consumo em níveis individual, nacional e global vem sendo garantida de maneira

⁸ De cerca de 12 mil estudos acadêmicos (com revisão científica por pares) sobre o tema, em 20 anos, 97% confirmam os efeitos deletérios do aumento da temperatura média do planeta (COOK et al., 2013).

cada vez mais eficaz por uma conjugação extremamente eficiente de atores e instituições, que nos convencem diariamente de que precisamos comprar e consumir cada vez mais. Ou seja, sagrou-se uma cultura do consumo, a qual vem se estabelecendo como a maior força humana desde a segunda metade do século XX, superando religiões, crenças, ideologias, etnias ou partidos políticos. Desde o berço, somos convencidos por uma engrenagem formidável de forças econômicas, sociais e políticas, apoiadas por uma máquina publicitária onipresente, de que precisamos estar sempre comprando um montão de coisas novas para ficarmos felizes.

Apesar de já ter sido demonstrado em vários estudos que essa escalada do consumo não garante a felicidade, estamos tão imbuídos dessa cultura que continuamos correndo na esteira do aumento do consumo como *hamsters* de laboratório, trabalhando basicamente para poder consumir mais. Tanto a literatura sociológica como, mais recentemente, a literatura econômica têm demonstrado que, acima de determinado patamar de consumo que elimina a preocupação com a sobrevivência e oferece um mínimo de conforto e bem-estar, o aumento do consumo não garante a felicidade, a não ser por períodos muito curtos em que desfrutamos da novidade, ou em que nos sentimos bem por ter igualado ou superado os níveis de consumo dos nossos pares. Vale mencionar que, aqui no Brasil, trabalho recente do Ipea sobre consumo e felicidade menciona que a correlação esperada entre renda e felicidade não se aplica a partir da percepção dos entrevistados.⁹

Essa motivação do consumo, ao funcionar eficazmente em nível individual, tem uma forte capacidade de mobilização em âmbito agregado, o qual explica sua pujança na agenda não somente das grandes corporações, mas também dos governos nacionais e das agências de desenvolvimento internacional e do próprio sistema das Nações Unidas. Fomentar o consumo constitui a essência do paradigma de desenvolvimento. O êxito deste modelo no crescimento econômico e na redução da pobreza faz com que a própria ciência econômica, animada pelo sucesso do milagre do mercado, tenha frequentemente negado suas próprias origens e se tornado cega em relação aos perigos que a trajetória da economia mundial representa para a humanidade.

Nesse contexto, o êxito do consumismo universal como motor central do crescimento econômico, que permite a redução da pobreza e o alcance generalizado de níveis de bem-estar material jamais imaginados na história da humanidade, representa uma força que nenhum dirigente político ousa contradizer. Não é à toa que políticos de todo o mundo – inclusive os nossos presidentes de “esquerda” – defendem com todas as suas forças o “desenvolvimento” que vai permitir à população do seu país consumir mais. Dado o sucesso inegável do crescimento econômico, nenhum governo, rico ou pobre, se atreve a tomar qualquer medida que possa ameaçar a continuidade do espiral do consumo e do crescimento econômico. Isto ficou claramente demonstrado nos resultados pífios da Conferência Rio+20, onde praticamente ninguém

⁹Ver <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/121218_comunicadoipea158.pdf>, especialmente p. 16.

ousou colocar o dedo na chaga ambiental global – o modelo do *throughput growth*. Preferiu-se focar um mito nascimorto, o da economia verde, que foi prontamente abocanhado pelos adeptos da maquiagem ecológica (*greenwashing*).

Dentro da lógica do atual paradigma de desenvolvimento, não surpreende a reação imediata do governo Lula, diante da crise econômica de 2008-09, de reduzir impostos para alguns dos produtos industrializados que, direta e indiretamente, mais contribuem para as emissões de gases de efeito estufa. Este exemplo foi seguido, em plena Conferência Rio+20, pelo governo da Dilma Rousseff. A desoneração fiscal para a compra de carros novos e a manutenção dos ajustes do preço da gasolina abaixo dos índices de inflação contribuem não só para o aquecimento global, mas também para a crise da mobilidade urbana.

Na realidade, o crescimento de renda nas chamadas classes C e D, nas últimas décadas, tem significado uma melhoria das condições de vida para uma enorme parcela da população e, ao mesmo tempo, o aumento do consumo destas classes tem tido um efeito benéfico sobre a economia do país. Entretanto, é forçoso reconhecer que a multiplicação desse fenômeno altamente positivo, quando repetido em nível global, intensifica as emissões que ameaçam deslanchar uma crise ecológica.

É fácil esquecer que essa ameaça ecológica global foi inicialmente produzida pelos padrões de consumo de uma minoria da população mundial – a dos países industrializados juntamente com as elites dos países pobres. Entretanto, o agravamento desta crise hoje em dia reflete, em grande parte, a entrada de elevado contingente de consumidores provenientes de países que eram – há pouco tempo – classificados como “subdesenvolvidos” e agora são chamados de “emergentes”. Mesmo assim, a classe de consumidores mundiais é ainda minoria. A despeito do crescimento galopante desta classe nas últimas décadas, estima-se que pouco mais de um terço da população mundial pode ser considerado consumidor (e portanto emissor) nos dias de hoje (McKINSEY, 2012). Este número relativamente reduzido tem sido suficiente para colocar o equilíbrio ecológico global em sérios problemas. Apesar do grande progresso econômico dos últimos tempos, a maioria da população mundial ainda não é consumidora e um quarto é pobre mesmo.

Mas o número de consumidores cresce diariamente: segundo a consultora global McKinsey (2012), a classe média vai passar dos 2,4 bilhões para 4,2 bilhões até 2025. Ninguém ousaria negar o direito do mundo ainda “subdesenvolvido” de sair da pobreza, ou seja, de tornar-se também consumidor. Entretanto, na ausência de uma reviravolta dramática na concepção do desenvolvimento e na cultura do consumo que a sustenta, essa incorporação de massas significativas de novos consumidores, que tanto alegra os economistas, as corporações e as instituições de desenvolvimento, implica evidentemente a catalisação da crise ecológica.

Neste contexto, portanto, o grande dilema da humanidade no século XXI é: como controlar o ritmo de consumo sem travar o progresso social desta enorme massa que ainda não faz parte do grupo de consumidores e que, em grande medida, ainda sofre de deficiências em suas necessidades básicas? Aumentar o consumo nas classes

mais pobres é um imperativo. Haveria recursos e tecnologia suficientes para garantir condições de bem-estar mínimas de toda a população mundial? Claro que sim, mas isto exigiria uma mudança radical do paradigma de desenvolvimento e obrigaria uma redução dramática do consumo. Infelizmente, conforme demonstrado claramente na Rio+20, nenhum país ou contingente populacional mais rico está disposto a descontinuar sua trajetória em direção ao consumo e à riqueza crescente para que os outros dois terços da humanidade possam melhorar de vida. Nisto, a Conferência apenas seguiu a tendência já demonstrada em relação à atitude global em praticamente todas as outras iniciativas ambientais. Um estudo recente realizado pela Unep e o Stockholm Environmental Institute, sobre os 90 compromissos ambientais assumidos pelos governos nas últimas décadas, identificou um progresso real em apenas quatro casos: retirar o chumbo da gasolina; melhorar o acesso à água potável de qualidade; promover pesquisas sobre o ambiente marinho; e evitar danos adicionais à camada de ozônio (UNEP, 2012a).

Que soluções podem ser oferecidas para sair desse dilema básico da humanidade no século XXI? Várias alternativas têm sido propostas, mas, na prática, ainda existe “clima” apenas para a discussão de soluções indolores, ou seja, alternativas que não implicam alterações de fundo no paradigma de desenvolvimento que tem sido tão eficaz no aumento da riqueza e na redução da pobreza. Entretanto, é sumamente importante eliminar as saídas fáceis e espúrias que entravam a busca efetiva de soluções reais.

Nesse contexto, a primeira sugestão que costuma ser feita em relação aos grandes problemas ambientais é a necessidade de reduzir o tamanho populacional e o ritmo de seu crescimento. Nesse ponto, é interessante que a CIPD, que era obviamente uma conferência sobre “população” e que preconizava as vantagens da estabilização demográfica, não acusou o crescimento demográfico como a causa central dos problemas ambientais, mas sim os padrões insustentáveis de produção e consumo da nossa civilização. Entretanto, diante da ênfase que o debate costuma dar a essa questão demográfica, é hoje muito importante destacar que são os aumentos de riqueza e não de população que explicam os incrementos de produção e consumo global. Uma unidade populacional não representa uma unidade de consumo, pois apenas um terço da população mundial contribui efetivamente para as emissões de poluentes. É preciso considerar também que os países que mais emitem são aqueles de baixa fecundidade, enquanto os de fecundidade elevada são pobres, de poucas emissões. Obviamente, estes últimos países enfrentam sérios problemas ambientais e vão sofrer as piores consequências da mudança climática, mas não são eles que causaram a crise global.

É claro que, no médio e longo prazos, países pobres de fecundidade atualmente elevada podem vir a aumentar sua renda e, nesse caso, elevar muito o número de indivíduos que contribuem para as emissões de poluentes. Basta verificar o caso do crescimento massivo de consumidores em países como China, Índia ou Brasil. Mas, se não houver outras mudanças significativas, isto afetará a dimensão e não a natureza da crise global. Já estamos numa situação ecológica reconhecida como crítica,

embora apenas um terço da população mundial esteja contribuindo atualmente para as emissões. Ou seja, a insustentabilidade do modelo de desenvolvimento é primordial; o aumento populacional agrava essa questão principalmente quando pessoas se transformam em consumidores. Por outro lado, a redução da fecundidade de um país ou contingente populacional é quase sempre ligada a uma melhoria das condições de vida, isto é, a situações de maior consumo. A própria diminuição do tamanho da família redundará em aumento do consumo *per capita*, anulando de certa forma o ganho no decréscimo do número de eventuais consumidores nesta família.

Em suma, a redução do consumo é essencial. A queda da fecundidade – e, por essa via, a diminuição do número de consumidores – constitui obviamente uma variável importante; mas a humanidade já ultrapassou, há muito tempo, a fase em que esse decréscimo pode ser determinante se não ocorrer uma mudança radical no rumo da nossa chamada “civilização”.

Um aspecto insuficientemente considerado nesta discussão sobre a relação entre dinâmica demográfica e a crise ambiental é o fato de que – em nível agregado – todo crescimento futuro ocorrerá em áreas urbanas (UNITED NATIONS, 2012). Isso tem diversas implicações importantes. Primeiro, a urbanização é, em si, o fator mais dinâmico na etiologia da redução da fecundidade (MARTINE; ALVES; CAVENAGHI, 2013). Nas cidades, as pessoas têm muita motivação para reduzir sua prole e, ao mesmo tempo, possuem acesso àqueles outros fatores que, reconhecidamente, influenciam de forma negativa a fecundidade, tais como maior educação, maior participação na força de trabalho, melhor acesso a serviços, maior informação, maior equidade de gênero, etc. Segundo, a luta futura pela mitigação e adaptação às mudanças climáticas dependerá muito do que ocorre nas cidades (MARTINE; OJIMA; MARANDOLA JR., 2013). Nesse sentido, a especulação imobiliária e as atuais tendências das políticas antiurbanas em países subdesenvolvidos preocupam muito. Sem uma atitude proativa em relação ao crescimento urbano inevitável, as favelas e a desorganização social se multiplicam, assim como os efeitos deletérios da expansão econômica (UNFPA, 2007).

A outra grande saída que costuma ser apontada para o dilema atual do desenvolvimento insustentável é o avanço tecnológico. Os economistas são particularmente dados a sugerir que o milagre do mercado seria capaz de gerar avanços tecnológicos suficientes para dirimir todas as ameaças. Esta perspectiva teve vários momentos de destaque nas últimas décadas: vale mencionar os trabalhos muito conhecidos de Julian Simon e Esther Boserup, que defenderam a capacidade da criatividade humana para superar qualquer obstáculo gerado pela sobrepopulação. Uma ideia similar foi lançada pelo Relatório Anual do Banco Mundial de 1993, no qual se argumentava que o desenvolvimento, numa primeira instância, aumentava os impactos ambientais negativos, mas que o aprofundamento do desenvolvimento melhorava significativamente essa relação por meio de avanços tecnológicos. Tal afirmação, baseada no melhor desempenho recente dos países industrializados na época, em termos de sustentabilidade, ignorava completamente o fenômeno da migração das indústrias poluentes e de dejetos industriais para os países pobres.

Esse tipo de argumento, que valoriza o próprio desenvolvimento como caminho para a sustentabilidade, ressurgiu recentemente sob duas novas roupagens. De um lado, observa-se que algumas das maiores empresas do capitalismo global, como Walmart, General Electric e Coca-Cola, estariam transitando para um econegócio que vai muito além do *greenwashing*. Criou-se a expectativa de que a multiplicação dessa mudança estratégica corporativa poderia trazer a sustentabilidade global. Entretanto, uma publicação recente do prestigioso MIT mostra que se trata de mais uma iniciativa motivada pelo lucro do que pelo bem-estar social ou ambiental (DAUVERGNE; LISTER, 2013). Esse tipo de iniciativa ambiciosa pretende simplesmente reduzir a volatilidade dos mercados de *commodities*. Mais importante ainda, conforme argumenta Abramovay,¹⁰ apesar da maior eficiência material e biótica, a pressão dessas corporações sobre os ecossistemas continua aumentando, uma vez que seguem lançando nos mercados cada vez mais produtos, numa clássica ilustração do paradoxo de Jevons.

Ao mesmo tempo, alguns estudos recentes, inclusive do PNUMA, têm enfatizado duas tendências paralelas, mostrando a inegável pressão do crescimento dos maiores países em desenvolvimento sobre os recursos globais, enquanto as taxas metabólicas dos países desenvolvidos estariam relativamente estáveis, pois nessas economias a expansão do consumo estaria se apoiando no aumento da produtividade. Portanto, pareceria que os países mais desenvolvidos do planeta estariam passando por um processo de desmaterialização e indicando uma estratégia para o desenvolvimento sustentável.

Entretanto, essa conclusão parece apenas comprovar como o próprio sistema das Nações Unidas, nesta fase de penúria econômica, está sendo influenciado pelas contribuições do capital privado. De fato, como explica Abramovay, esses estudos têm uma falha gritante:

Infelizmente, porém, essa hipótese foi refutada por um trabalho fundamental que acaba de ser publicado pela prestigiosa Proceedings of the National Academy of Sciences (PNAS) dos EUA. Os cálculos levados adiante até aqui [...] tinham por base a relação entre o PIB de cada país e a extração nacional dos materiais necessários à sua reprodução (menos as exportações e mais as importações destes materiais). No entanto, *eles não contabilizavam o peso contido nos produtos industrializados que esses países importavam*. Ora, ninguém ignora que em quase todos os países desenvolvidos a indústria sofreu um deslocamento, sobretudo em direção à China. Mas o consumo dos habitantes das nações mais ricas do planeta não diminuiu.¹¹

Numa perspectiva mais ampla, o otimismo de certos economistas com relação à capacidade do mercado, especificamente quanto à sua competência no campo do desenvolvimento tecnológico, capaz de superar os efeitos nefastos do crescimento econômico, esbarra em pelo menos dois fatores principais. Em primeiro lugar, o cres-

¹⁰ Disponível em: <<http://ricardoabramovay.com/a-apropriacao-da-sustentabilidade-pelas-grandes-marcas-globais/>>.

¹¹ Disponível em: <<http://ricardoabramovay.com/a-insustentavel-leveza-da-desmaterializacao-global/>> (grifo nosso).

cimento econômico fenomenal dos dois últimos séculos baseou-se na disponibilidade de fartos recursos fósseis. Embora algumas descobertas recentes (pré-sal, areias betuminosas, gás de xisto) pretendem postergar o Pico do Hubbert (ver HUBBERT, 1956), este é inevitável e relativamente próximo. Não existem outras fontes de energia tão fantásticas e baratas, renováveis ou não, que possam substituir esses mananciais (e geradores de CO₂). Segundo, os aumentos inegáveis da produtividade permitidos pela tecnologia, conforme já ilustrado anteriormente, acabam elevando o consumo a níveis mais altos devido ao custo reduzido dos produtos, conforme explicitado pelo Paradoxo de Jevons.¹²

No final, conforme observa acertadamente um dos maiores articulistas brasileiros em questões de população e meio ambiente,

o capitalismo utiliza a ciência e a tecnologia para seus objetivos de maximizar o lucro e garantir a continuidade do crescimento da acumulação de riqueza, embora haja uma pauperização crescente do meio ambiente. Mas na prática, a tecnologia não resolveria nenhum grande problema humano se não contasse com os recursos materiais e energéticos da natureza [...] Não existe modelo econométrico capaz de resolver a equação do crescimento material infinito em um planeta finito (ALVES, 2013).

Não há dúvida de que qualquer solução para os graves problemas atuais necessitará de inovações conceituais, metodológicas, ideológicas e tecnológicas. Precisamos de desenvolvimento tecnológico, mas precisamos muito mais de governança dos limites no uso de materiais, de energia e nas emissões de gases de efeito estufa. É impossível lidar com esses limites sem enfrentar as desigualdades na distribuição e o emprego desses recursos materiais, energéticos e bióticos na economia global e no interior dos diferentes países.

Considerações finais

Este ensaio sobre a evolução do desenvolvimento sustentável depois da CIPD será inevitavelmente classificado como “catastrofista” pelos céticos e otimistas. Tomara que as ideias centrais apresentadas aqui estejam completamente equivocadas e que o milagre do mercado seja capaz de reverter a calamidade que ele vem causando. Tomara que se encontrem formas de transformar CO₂ e gás de metano em fontes renováveis de energia, sucata de automóveis abandonados em adubo, e armas de guerra em enxadas robotizadas. Ao se realizar isso, certamente será possível também transformar políticos corruptos em sábios praticantes da governança moderna, corporações em instituições benevolentes e altruístas, e COPs em marcos históricos de decisões e tratados globais imediatamente implementados em favor da sustentabilidade.

¹² O Paradoxo ou o Efeito de Jevons refere-se à tese do economista inglês W. S. Jevons (em 1865), de que o progresso tecnológico que aumenta a eficiência no uso de um recurso (no caso, o carvão) acaba aumentando e não reduzindo o consumo daquele recurso, devido ao aumento da demanda.

Enquanto isso não ocorrer, a crise ambiental se aproxima e se expressa de diversas formas, sendo a mudança climática aquela manifestação que teria melhor capacidade de obrigar-nos a fazer uma revisão drástica do nosso pensamento e da nossa cultura. Na verdade, eventos como o Furacão Sandy em Nova Iorque (2012) e o Tufão Haiyan nas Filipinas (2013) são capazes de provocar momentos de rara lucidez nessa caminhada da humanidade. Como afirmou o delegado das Filipinas na recente COP de Warsaw, “É hora de acabar com essa loucura!” Infelizmente, esses gritos de sanidade são infrequentes e não são ouvidos pelos apologistas da atual trajetória econômica mundial. Portanto, não alteram a teia sólida e complexa tecida em torno da nossa cultura de consumo.

Mesmo assim, é imperativo insistir na seguinte mensagem de bom senso até que ela seja escutada. Infelizmente, é provável que isso somente aconteça depois da multiplicação de “Sandys” e “Haiyans” (e, esperamos, antes de um *state shift*):

Enquanto a lógica do sistema econômico herdada dos ensinamentos da economia clássica estiver centrada na ideia do crescimento, a economia continuará cometendo o seu mais grave erro ao considerar os recursos naturais como algo infinito, ignorando os limites da biosfera no que tange à sua capacidade de prover recursos e absorver dejetos. Romper com essa lógica dominante e buscar estabelecer uma economia pautada na ideia do decrescimento parece ser, a contento, a saída mais plausível para assegurar-se uma perspectiva de vida saudável num futuro próximo. Fora isso, a economia deve “conversar” com a ecologia. A temática ecológica precisa, necessariamente, estar na agenda econômica de tal forma que não pode haver separação de diálogos e ações entre essas ciências (OLIVEIRA, 2013).

Referências

- ALVES, J. E. D. Os limites do crescimento econômico. *EcoDebate – Cidadania & Meio Ambiente*, edição n. 1.854, 12/06/2013.
- BARNOSKY, A. D. et al. Approaching a state shift in Earth’s biosphere. *Nature*, v. 486, p. 52-58, 07 June 2012.
- COOK, J. et al. Quantifying the consensus on anthropogenic global warming in the scientific literature. *Environmental Research Letters*, v. 8, n. 2, 2013. Disponível em: <<http://iopscience.iop.org/1748-9326/8/2/024024/article>>.
- DALY, H. *Steady-state economics*. 2nd edition. Washington, DC: Island Press, 1991.
- DAUVERGNE, P.; LISTER, J. *Eco-business: a big-brand takeover of sustainability*. MIT Press, 2013.
- HUBBERT, M. K. Nuclear energy and fossil fuels. Trabalho apresentado no Spring Meeting of the Southern District, American Petroleum Institute, Plaza Hotel, San Antonio, Texas, March 1956. Disponível em: <<http://www.hubbertpeak.com/hubbert/1956/1956.pdf>>.
- JACKSON, T. *Prosperity without growth: the transition to a sustainable economy*. Sustainable Development Commission, 2009. Disponível em: <www.sd-commission.org.uk/.../prosperity_without_growth_report.pdf>.

- GEORGE, M. Population dynamics and policies in the context of global climate change. In: GUZMÁN, J. M. et al. (Eds.). **Population dynamics and climate change**. New York and London: UNFPA and IIED, 2009, p. 9-30.
- GEORGE, M.; ALVES, J. E. D.; CAVENAGHI, S. **Urbanization and fertility decline: cashing in on structural change**. International Institute for Environment and Development (IIED), 2013 (Working paper).
- GEORGE, M.; OJIMA, R.; MARANDOLA JR., E. **Dinâmica populacional e a agenda ambiental brasileira: distribuição espacial, desastres naturais e políticas de adaptação**. UNFPA/Ministério do Meio Ambiente, 2013.
- McKINSEY. **Winning the \$30 trillion decathlon: going for gold in emerging markets**. 2012. Disponível em: <<http://www.mckinseyquarterly.com/>>.
- MILANOVIC, B. Global inequality: from class to location, from proletarians to migrants. **Global Policy**, v. 3, n. 2, p. 125-134, 2012.
- OLIVEIRA, M. E. de. Por uma economia pautada na ideia do decrescimento. **EcoDebate – Cidadania & Meio Ambiente**, edição n. 1.822, 25/04/2013.
- ROCKSTRÖM, J. et al. A safe operating space for humanity. **Nature**, v. 461, p. 472-475, 2009.
- STERN, N. **Stern review on the economics of climate change**. 2006.
- UNEP – United Nations Environment Programme. **Towards a green economy: pathways to sustainable development and poverty eradication**. St-Martin-Bellevue: Unep, 2011.
- _____. **World remains on unsustainable track despite hundreds of internationally agreed goals and objectives**. GEO5 press release. Rio de Janeiro: Unep, 06/06/2012a.
- _____. **Emerging issues in our global environment**. **UNEP Yearbook 2012**. St-Martin-Bellevue: Unep, 2012b.
- UNFPA. **Unleashing the potential of urban growth**. State of the world population 2007. New York: UNFPA, 2007.
- UNPD – United Nations Department of Economic and Social Affairs Population Division. **World urbanisation prospects**. New York: UNPD, 2012.
- WORLDWATCH. **State of the world 2010**. Washington: Worldwatch, 2010.